

A POLÍTICA DE ENSINO NUMA PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL *

Carlos Roberto Jamil Cury **

Esta correlação entre ensino e mudança não é nova. Já de há muito e sob várias perspectivas se fez essa relação. O que se ganha aqui é a explicitação de um ponto de vista em que mudança se chama **transformação**. Se toda transformação é mudança, nem toda mudança é transformação. Essa última envolve uma mudança qualitativa e superior das relações sociais estabelecidas em vista de uma maior presença ativa e alargada dos setores majoritários nos destinos do país.

1. Pode-se iniciar o tratamento da questão a partir de 2 eixos: 1º.) que **lugar social** descortina a transformação? 2º.) que **corpo institucionalizado** propõe a mesma transformação?

A indicação do **lugar social** é fundamental. Caso se pense no ensino cuja destinação se volta para os que já usufruem a consolidação do seu capital cultural, então a política que o sustenta será a continuação ampliada e desigual do atual processo educativo. Esse processo continua a reservar o melhor para poucos e sonegar quase tudo para muitos. Nesse caso caberia a expressão "transformação", melhor seria "transformismo", como algo que se muda para não mudar.

Caso se pense em um ensino que tenha por sujeitos de referência os grandes contingentes privados do acesso aos bens materiais e imateriais de produção e consumo, então **transformar** significaria, entre outras coisas, por exemplo, a eliminação da fome, das endemias e outras mazelas da sociedade brasileira. Isso, por sua vez, significaria, de um lado, mexer na distribuição de renda, na divisão da grande propriedade, e de outro, na incorporação das

* Conferência pronunciada no "1º. Encontro Nacional sobre Estágio Curricular". Niterói, UFF, Setembro de 1987.

** Professor da UFMG

maiorias aos direitos sociais e políticos como pressupostos de uma cidadania não tutelada:

Isto não é senão reiterar a velha crítica a um tipo de desenvolvimento desigual que ao privilegiar alguns, penaliza muitos, reduzindo os últimos à condição de mera força de trabalho. Velha e atualíssima crítica, pois mais do que nunca os educadores conscientes sabem, entendem e compreendem que não se pode esperar salvacionismos ou milagres apenas de um setor, por mais significativo que ele seja. Em poucos termos, as oportunidades educacionais se esvaem e se fecham quando não se produzem as condições sociais que dão acesso aos bens produzidos.

Posta esta premissa básica cuja efetividade histórica não acontecerá sem a ação dos sujeitos nela interessados, então devemos mediá-la pela política de ensino forjada nas diferentes instâncias administrativas que a executam.

Quer na União ou no Estado, quer no Município, não se pode pensar em uma política de ensino sem levar em conta a manutenção, retrógrada mas eficaz, de fórmulas clientelísticas que permeiam o processo educacional. Estas fórmulas têm permitido que propostas educacionais emancipatórias levadas a efeito em governos estaduais, por exemplo, se desmanchem ao sabor de uma "descontinuidade continuísta" que impede um mínimo de racionalidade nos planos.

Essas fórmulas também favorecem a que cada novo ocupante da administração se autodelegue poderes para se ter como o "novo marco zero da História". Este contínuo esvaziamento das políticas educacionais é uma das grandes fontes de "privatização do Estado" ao lado de um descrédito quanto à eficácia dos políticos na gestão do mesmo. Não é à toa que, dentro de uma "descontinuidade continuísta" na política, os grandes contingentes populacionais privados de uma representação política possam vir a se tornar, ainda que provisoriamente, atrelados às formas neo-populistas de mando. Em especial medusados pelo aceno da escola como meio de ascensão social.

Aqui devemos pensar seriamente na tendência dinâmica das sociedades modernas. Seu ritmo nas relações de trabalho vem impondo a necessidade de extensão da jornada escolar, contraditória aos grandes contingentes que sequer entram na escola. Este é um fato inelutável, em especial nas regiões metropolitanas. Se há iniciativas estaduais pouco convincentes do ponto de vista político isto é um elemento ainda mais ponderável para a nossa reflexão e para a busca de saídas políticas mais alentadoras.

Mas é inegável que políticos mais "calejados" na área têm sido

sensíveis na acolhida a determinados efeitos próprios de uma urbanização acelerada do país. O retardamento próprio das supraestruturas em relação a estes efeitos e à crítica deles não deve, contudo, conduzir-nos a nós, acadêmicos, a uma postura somente no lado da denúncia, mas também à produção de retratos sociais que forneçam pistas de superação. Isso tanto para organismos da sociedade civil, como para a administração pública.

Em outros termos: o lugar social que vem falando/fazendo a transformação social — que é o lugar das maiorias despossuídas e de quem lhes assume o seu ponto de vista — é um lugar plural onde nem sempre vontade e razão se aproximam. A questão do acesso, por exemplo, é ainda um desafio que continua a exigir união de esforços.

Isto nos remete ao 2º. eixo: que corpo institucionalizado **fala sobre** a transformação?

É evidente que a 1ª. instituição que “fala sobre” é a universidade. Como aparato de formação e de profissionalização, ela é insubstituível na formação crítica dos futuros educadores, na radiografia de situações sociais e na produção dos conhecimentos.

É imprescindível porque, na universidade, a aproximação científica da realidade é uma conquista permanente através das informações sistematizadas, dos instrumentos de análise, das teorias gerais em torno do real e da independência do pensamento. É o tempo da formação, o momento de adquirir estes instrumentos. Deve-se dizer que o caráter recente de nossa área ou se satelizou em torno de áreas mais consolidadas ou se fez prisioneiro de suas especialidades. Pela satelização podemos perder o pedagógico e pela ausência de formação mais ampla tornamo-nos limitados.

Extraír do pedagógico os elos para as necessárias pontes com outros conjuntos de conhecimentos que nos ajudem a reiluminar o pedagógico é uma tarefa nada fácil, porém necessária para uma política de ensino universitário.

Entretanto, de alguns tempos para cá, um forte sentimento de indignação ante as disparidades sociais penetrou nas escolas de ensino superior. De um lado isto deve ser saudado. A Universidade não é um laboratório assético cuja tarefa seja apenas a de fazer diagnósticos que condenam as maiorias à taxa de acumulação. A Universidade é também um lugar a partir do qual se pensa na justiça e na dignidade humanas dentro de alternativas possíveis. A cólera também gera conhecimentos, em especial no sentido de não aceitar as estruturas de desigualdade existentes.

De outro lado é forçoso reconhecer que o sentimento de indignidade nem sempre veio acompanhado de um preparo científico próprio das Universi-

dades. Não se pode identificar os sentimentos de justiça e de mudança com um despreparo acadêmico. Não se criam alternativas politicamente viáveis ante os problemas com o enquadramento de sua natureza mais funda nos esquemas que transpõem de modo simplista a democracia representativa para todas as funções universitárias ou a identificação entre o patente e o latente.

Conhecer o real de modo profundo implica a correlação trabalhosa, árdua e dura de ser, ao mesmo tempo, acolhedora das demandas emancipatórias e preservar a competência acadêmica através de estudos e pesquisas.

Sobretudo, quero afirmar que, com isto, **nós também estamos fazendo** a política de ensino. Política de ensino não é um conjunto de metas do governo e nem tão só um sistema de iniciativas estatais. De alguma maneira estamos formando aqueles professores de "carne e osso" que estarão fazendo a educação no cotidiano. Que projeto, ou melhor, que projetos de ensino dirigem nossas Faculdades de Educação?

II. As questões inerentes nos 2 eixos — que de resto não esgotam a problemática — se ampliam quando pensamos nos **limites remotos mas persistentes** a uma política de transformação. À transformação social se opõe a conservação do "Status quo". Esta última, quer modernizadora quer não, sempre se impôs autoritária e centralizadamente em nossa evolução sócio-política.

Esta evolução, sempre anteposta às reações advindas dos setores excluídos da participação sócio-cultural, se processou pela tentativa de enquadramento das massas por parte das elites. As massas eram consideradas como despreparadas para o conflito próprio da sociedade de classes, incapazes para o exercício político autônomo, e infantis para administrarem conquistas eventualmente havidas.

Dai a existência não só de uma política escolar discriminatória, mas sobretudo de seu pano de fundo, isto é, de uma política educativa visando socializar os grupos sociais subalternos para sua redução como força de trabalho dócil e produtiva. O que se pode resumir na expressão de Florestan Fernandes: "ordem" para "os de baixo" em função do "progresso" dos "de cima".

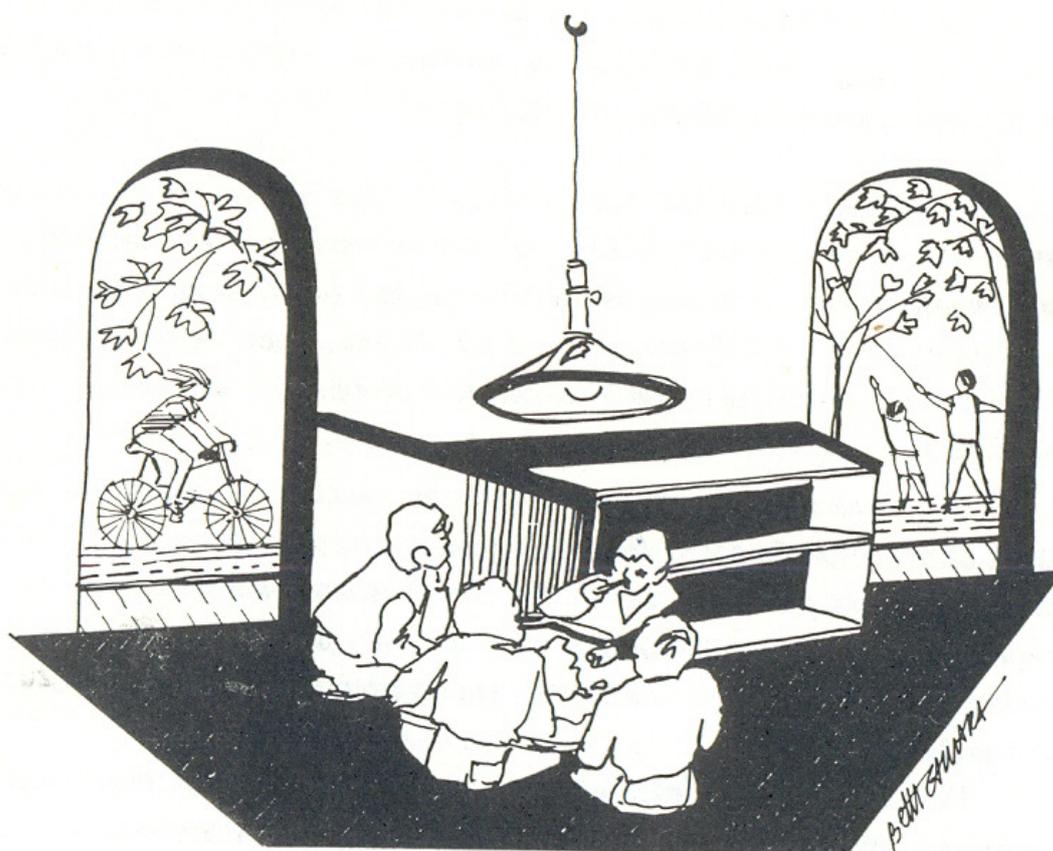
Estes limites remotos e existentes se compõem e se prolongam nos **limites próximos** de uma transição prolongada e vigiada.

O encalacrimento dos problemas nacionais no gargalo das dívidas interna e externa por força do perfil conservador e autoritário de boa parte da classe política, impossibilita os grupos dominantes não reacionários de

cumprirem as promessas sociais da Nova República.

De outro lado, a existência numerosa de maiorias não representadas, a perspectiva consolidada de que o caminho da justiça provém dos "bonzinhos" de cima e sobretudo a incapacidade dos grupos identificados com as mudanças de gerarem alternativas politicamente viáveis para uma superação dos graves problemas, nos conduzem ao provérbio romano de que a divisão é o melhor caminho para o controle exercido pelos atuais donos do poder.

Neste sentido pode-se entender uma política de ensino cujo discurso político equalizador esbarra na desigualdade inerente às relações sócio-econômicas do capitalismo e gera a continuidade de mazelas denunciadas de longa data.



iii. Contudo, a questão ficaria incompleta se ficássemos apenas nas limitações. As limitações existem porque há possibilidades.

De um lado, alguns grupos sociais subalternos, conquanto múltiplos e divididos, postulam por uma transição que não coincide, antes colide, com aquela que vem-se arrastando na área política. Postulam porque conseguiram um grau de organização e de visão das disparidades que os tornam indóceis ante a continuidade das políticas recessivas de arrocho, de exclusão, de favoritismo e sobretudo de medo ante as necessárias transformações sociais.

De outro lado, esta movimentação social se contrapõe à insensibilidade burocrática de muitos ocupantes de postos de poder. Assim o discurso político do “resgate da dívida social” obrigou o chamamento aos postos de poder dos que criaram um discurso politicamente crítico, sob a ditadura. Isto implicou na migração de intelectuais progressistas para setores do aparelho de Estado.

Ora, no terreno da política real o jogo é outro. Não é só a luta acadêmica de idéias contra idéias. É também e sobretudo um emaranhado de idéias que implica jogos políticos de busca de poder, cuja força não se encontra apenas na lógica das idéias. A disputa política se ganha na legitimidade da representação e sua sustentação ultrapassa o poder das idéias. Nem sempre a academia aceita o “tomar partido” que a decisão política implica.

Entretanto, estes 2 eixos possibilitaram alguns avanços, quer na área social, quer na área política. E em especial na política educacional abre-se a possibilidade de ampliar o caráter público da educação, rever políticas de financiamento, postular uma estrutura hierárquica decente da carreira docente etc. Não resta dúvida que uma política de ensino emancipatória passa pelos princípios corajosos estabelecidos na IV CBE de Goiânia e reiterados no Fórum Educacional de Brasília.

IV. Finalmente a questão se impõe radicalmente quando se coloca a pergunta — chave: **onde queremos chegar?**

Fazer esta pergunta supõe **não** deixar de lado a correlação que a embasa — democracia e socialismo —, a estratégia que a dirige — processo ou ruptura. É aí que se dá a participação da educação.

No 1º. caso, democracia e socialismo, não só a questão teórica é crucial como também o é um dimensionamento político da real situação dos sujeitos sociais. Classes sociais não desaparecem por passes de mágica e muito menos as classes dominantes desaparecem através de um verbalismo que tende a menosprezar a correlação de forças.

Transformação social tem a ver com socialismo, mas não consigo vê-lo senão como horizonte de um lado, e de outro em alguns embriões já existentes na sociedade civil. Esses embriões são, porém, insuficientes para que o socialismo se imponha já como questão politicamente crucial.

Não há lugar para uma estratégia de ruptura que implique a tomada do poder “por fora da ordem e contra a ordem” como se o poder estivesse concentrado apenas no Palácio do Planalto. É preciso então investir numa **estratégia de ganhos progressivos e processualmente mais abrangentes** que implicasse a ampliação da participação, a incorporação à cidadania e

a formulação clara das regras do jogo para envolvimento de nossos sujeitos.

É neste sentido que vejo como uma política de ensino pode cooperar nessa **concepção processual de alargamento progressivo** das conquistas sociais como elemento mediador da construção da democracia em nosso país.

Ela ajuda a construção de uma sociedade civil mais forte, possibilita a instrumentação para a informação e com isto o direito a ela pode fazer aumentar uma maior consciência de si, do sujeito social e sobretudo superar a luta por direitos sociais que fiquem circunscritos à legalidade existente.

O alargamento dos direitos sociais, para além da legalidade existente, é de todo modo imprevisível e é por isso que mesmo este caminho sofre barreiras contínuas da parte dos que desejam apenas a contenção dos trabalhadores como sujeitos sociais tutelados e menores.

Esta é uma via árdua porque não basta a ampliação da oferta da escola sem que os sujeitos da ação, pela prática do conflito, se disponham a realizar conscientemente os caminhos que transitem de uma sociedade tutelada e excludente para uma outra que tenha a democracia como fim e seus inseparáveis meios imanentes de justiça social com liberdade.